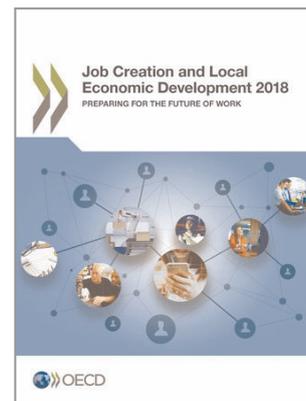


OECD *Multilingual Summaries*

Job Creation and Local Economic Development 2018

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: [10.1787/9789264305342-en](https://doi.org/10.1787/9789264305342-en)

Criação de Emprego e Desenvolvimento Económico Local 2018

Sumário em Português

São as inovações tecnológicas, como a automatização e a digitalização, que impulsionam o aumento da produtividade, aumentam as receitas, criam novos empregos e, deste modo, melhor podem contribuir para melhorar os padrões de vida. Mas este novo futuro no trabalho irá unir ou agravar as divisões entre as pessoas? Quais os trabalhadores que vão ser substituídos por robôs e pela inteligência artificial? Como podem os trabalhadores adaptar-se e tirar partido da tecnologia? E de que forma se concretizarão estas mudanças nos diferentes locais?

O relatório mostra que a geografia é importante para o futuro do trabalho. O risco da automatização do trabalho é mais elevado numas zonas do que noutras. As disposições de trabalho atípicas que são facilitadas pela tecnologia também mostram diferenças notórias nos países individualmente, e influenciam as oportunidades de acesso a empregos de qualidade. As políticas nacionais alinhadas com ações por parte das administrações regionais e locais podem ajudar a promover a automatização e a digitalização que fomentam a produtividade e que não sacrificam a inclusão.

O impacto da automatização nos empregos vai ser desigual entre as regiões e as comunidades locais da OCDE

A distribuição geográfica das profissões sujeitas a um risco elevado de automatização varia mais de nove vezes entre diferentes regiões de 21 países da OCDE. Apesar de haver percentagens elevadas de empregos sob risco de automatização em todas as regiões, a percentagem de empregos em risco ascende a quase 40% em algumas regiões (por exemplo, na Eslováquia Ocidental), mas poderá ser de apenas 4% noutras (periferia de Oslo). Em termos de países, a percentagem de empregos em risco elevado de automatização varia. Entre as regiões com melhores e piores resultados no Canadá, essa percentagem diverge apenas em 1%, mas chega aos 12% em Espanha.

A boa notícia é que, desde 2011, a maioria das regiões (60%) conseguiu criar mais empregos com menor risco de automatização do que os empregos perdidos em setores de elevado risco de automatização. As regiões com uma menor percentagem de empregos com risco de automatização são as que têm trabalhadores altamente qualificados em termos académicos, um setor de serviços transacionáveis forte e que estão altamente urbanizadas. As regiões que já registam um crescimento da produtividade baixo e desemprego elevado têm maior probabilidade de ser mais afetadas pela automatização no futuro, o que agrava os seus riscos de subdesemprego. Os decisores das políticas são assim confrontados com compromissos difíceis entre a necessidade de fomentar a automatização para aumentar a produtividade, e a necessidade de gerir perdas de emprego no curto e médio prazo devido à automatização.

O impacto desigual da automatização entre regiões pode potencialmente agravar as desigualdades nas condições de emprego entre locais. Para eliminar esta divisão, as políticas devem considerar quer as competências dos trabalhadores, quer a elevação do nível da empresa. Os programas de formação e requalificação profissional podem ser direcionados para pessoas em empregos em risco elevado de

automatização, como auxiliares de preparação de alimentos ou condutores de pesados, entre outros. É importante conseguir o envolvimento das entidades patronais no desenvolvimento de qualificações para identificar o conjunto de competências necessárias para o mercado de trabalho local. São também essenciais políticas que facilitem a transição para novas atividades económicas de maior valor acrescentado, designadamente em regiões que dependem de setores de elevado risco de automatização. A criação de uma conjuntura empresarial que propicie o investimento em processos de produção sustentável propicia estas transições.

O trabalho atípico também está a aumentar de forma desigual e precária

As mudanças tecnológicas na natureza do trabalho também podem estar a contribuir para os aumentos registados no trabalho temporário e a tempo parcial na maioria dos países da OCDE. Também aqui, é importante que as políticas considerem as diferenças dentro dos países. Por exemplo, na Grécia, entre 2010 e 2016, a percentagem de empregos atípicos aumentou 7% numa região, mas diminuiu 11% noutra.

O trabalho temporário é mais frequente entre mulheres, jovens e trabalhadores com pouca formação académica, mas as características da economia local também são determinantes. Para os trabalhadores pouco qualificados, a probabilidade de terem emprego com um contrato temporário é mais elevada nas zonas rurais do que nas cidades. As regiões com um setor transacionável menor costumam dar emprego a mais trabalhadores através de contratos temporários. Por outras palavras, as regiões que já estão em pior situação económica tendem a ter percentagens mais elevadas de empregos atípicos.

Apesar de, em termos gerais, a percentagem de trabalhadores que trabalham por conta própria se ter mantido estável nos últimos anos, a percentagem de trabalhadores por conta própria que não têm empregados continua a aumentar. Um fator que contribui para tal é o aumento no emprego por conta própria a tempo parcial - aumento que se verificou em 25 dos 31 países da OCDE na última década. As diferenças regionais na percentagem de empregos em regime de trabalho por conta própria podem variar 10% ou mais em vários países. A digitalização da economia, nomeadamente a sua vertente "gig" (trabalhos realizados por profissionais independentes altamente especializados e bem pagos), tem tido alguma influência nesta questão. Contribuiu para formas precárias de emprego por conta própria, com menos ou nenhuma cobertura da segurança social. As políticas de combate às implicações negativas do emprego precário por conta própria, assim como as que melhoram a conjuntura empresarial ao nível local são importantes.

Contudo, produtividade e inclusão podem andar lado a lado

Apesar de a tecnologia tender a fazer aumentar a produtividade do trabalho em muitos empregos, há alguns grupos que podem ficar cada vez mais excluídos do mercado de trabalho ou presos ao desemprego, a empregos de salários baixos ou a trabalho atípico. As políticas de integração dos grupos desfavorecidos – como os desempregados de longa duração, as pessoas portadoras de deficiência e os migrantes – serão cruciais para a coesão social e para eliminar as desigualdades.

Nas regiões da OCDE, os níveis de produtividade mais elevados e as taxas mais elevadas de inclusão costumam andar lado a lado. No entanto, no mesmo país e para o mesmo nível de produtividade, algumas regiões parecem oferecer mais inclusão do que outras.

Cerca de 30% da população da OCDE vivem em regiões que conseguiram aumentaram com êxito a produtividade e a inclusão (conforme definidas na taxa de atividade) desde 2006. Mas cerca de metade dos residentes na OCDE encontra-se em regiões onde o aumento da produtividade é acompanhado de menos inclusão. As cidades europeias têm, regra geral, sido mais eficazes do que as cidades da América a aumentar a produtividade e a inclusão. Considerando uma gama mais alargada de variáveis relacionadas com o emprego, competências e rendimentos para um indicador composto da inclusão, encontram-se tendências regionais semelhantes.

Há muitas áreas das políticas que contribuem para a produtividade e a inclusão, desde o trabalho à inovação e aos transportes. Os dados que existem reforçam a importância de respostas adaptadas localmente entre as diversas áreas estratégicas. Este relatório destaca o facto de a inclusão das comunidades vulneráveis e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho poder ser fortalecida através

da disponibilização de competências e formação pré-emprego, envolvendo o grupo-alvo na conceção e concretização dos programas, e integrando estes esforços no desenvolvimento dirigido pela comunidade. É analisado um exemplo dos esforços das políticas para comunidades indígenas.

A economia social pode ser um pilar complementar para estas políticas, pois frequentemente tem como objetivo o emprego de pessoas desfavorecidas. O apoio a empresas sociais através de uma melhor regulamentação-quadro, o acesso a financiamento convencional (incluindo garantias) e o apoio direcionado a empresas são algumas das formas de estimular a economia social. As organizações da economia social beneficiam ainda do apoio do setor público através de concursos públicos, subsídios à criação de emprego e ciclos de financiamento mais alongados.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2018), *Job Creation and Local Economic Development 2018*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/9789264305342-en